

Homenagens aos 45 anos da UnB e ao Dia do Exército

Em sessão especial na manhã de ontem, com a presença dos comandantes das Forças Armadas, o Senado homenageou o Dia do Exército, celebrado em 19 de abril. No início da tarde, os senadores comemoraram os 45 anos de criação da UnB, em solenidade a que compareceram o atual e ex-reitores da instituição. **Páginas 6 e 7**

CCJ aprova projetos do pacote antiviolaência

Rastreamento eletrônico de presos e exame criminológico para liberdade condicional estão entre as oito propostas acolhidas pela Comissão de Justiça



Antonio Carlos preside a Comissão de Justiça, que adiou para hoje a decisão sobre a antecipação da maioridade penal

O combate à violência ganhou o reforço de oito projetos aprovados ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Um deles institui exame criminológico para a concessão de benefícios como a liberdade

condicional para presos condenados por crime praticado com violência. Para obter esse tipo de livramento ou desfrutar do regime semi-aberto, o detento deverá sujeitar-se ainda a uma espécie de monitoramento eletrônico, conforme outra proposta. **Página 3**

Farinhas podem ser enriquecidas com ferro e ácido fólico

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou ontem projeto que determina a adição de ferro e de ácido fólico às farinhas de trigo e de milho vendidas no país. Pela proposta, o descumprimento da lei sujeita o infrator à apreensão do produto e multa de R\$ 15 mil por tonelada. Em caso de reincidência, a multa dobra. **Página 2**

Alternativa à Emenda 3 taxa firma individual

Em busca de solução para a polêmica criada com o veto à Emenda 3, o governo deve enviar ao Congresso Nacional, na próxima semana, proposta que cria a figura da “pessoa jurídica especial”, que pagará adicional de 10% à Previdência. Nessa categoria, devem ser enquadrados profissionais que prestam serviços por meio de firmas individuais a outras empresas. **Página 5**

CPI do Apagão Aéreo dá mais um passo

Foi lido ontem, em Plenário, requerimento do líder do DEM, José Agripino, solicitando a criação da CPI do Apagão Aéreo. A partir da leitura, conta-se prazo de 20 dias para que os líderes partidários indiquem os membros da comissão. Também ontem, o Supremo Tribunal Federal determinou que a Câmara dos Deputados instale CPI para investigar a crise aérea. **Página 5**

Mesa anuncia medidas para agilizar trabalhos

Maior rigor no controle do tempo dos pronunciamentos dos parlamentares é uma das medidas que o Senado deve adotar em busca da agilidade dos trabalhos legislativos. **Página 4**



Negociação sobre vetos avança: Mantega se reúne com Renan e parlamentares



José Agripino diz que desejo de seu partido é investigar um fato de interesse social



Reunião na CAS discutirá profissão de comerciante

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou requerimento para a realização de audiência pública destinada a debater dois projetos de lei que regulamentam a profissão de comerciante. As propostas – o PLS 152/07, de Pedro Simon (PMDB-RS), e o PLS 115/07, de Paulo Paim (PT-RS) – passam a tramitar em conjunto.

Outro requerimento acolhido, de autoria de Paim, determina que a reunião da CAS para discutir demissões de dirigentes sindicais e de membros de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) seja feita em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos (CDH). O colegiado acatou ainda requerimento que convida o ministro Carlos Lupi a participar de audiência para comemorar o Dia do Trabalho.

Foi aprovado encaminhamento do PLS 385/03 – permitindo a isenção da contribuição previdenciária das empresas em relação a empregados com mais de 50 anos – à Comissão de Justiça (CCJ) para análise da constitucionalidade. O pedido é do relator, senador Paulo Paim.

Reforço nutricional de farinhas de milho e de trigo com substâncias que previnem anemia e má-formação de fetos é acatado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Farinhas podem ser enriquecidas com adição de ferro e ácido fólico

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou projeto de lei do deputado Luiz Antonio Fleury (PTB-SP) que obriga a indústria a adicionar ácido fólico e ferro nas farinhas de milho e trigo.

Segundo o relator, Pedro Simon (PMDB-RS), o ferro previne anemias e aumenta o desempenho intelectual. Quanto ao ácido fólico, por ser uma vitamina do complexo B, previne a má-formação de fetos. Sua ingestão é uma recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Panamericana de Saúde (Opas).

Pelo projeto (PLC 85/06), o descumprimento da lei sujeita o infrator à apreensão do produto e multa de R\$ 15 mil por tonelada ou R\$ 30 mil, também por tonelada, em caso de reincidência. Em seu parecer, Simon retirou do texto a obrigatoriedade dessa adição na produção da farinha de



Reunião da CRA acolhe prioridade para obras em comunidades de agricultura familiar

mandioca, por sugestão de Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O senador pelo Pará argumentou ser a farinha de mandioca, nas regiões Norte e Nordeste, uma atividade artesanal, na qual a manutenção da exigência poderia inviabilizar a produção.

A CRA aprovou ainda proposta de Alvaro Dias (PSDB-PR) que determina que as obras de infraestrutura nas comunidades rurais sejam feitas, prioritariamente, nos assentamentos de reforma agrária

e em comunidades de agricultura familiar (PLS 91/07).

A CRA decidiu adiar a discussão e a votação da proposição que trata do arrendamento compulsório de parcelas de imóveis rurais (PLS 52/05), de autoria de Simon. O adiamento atendeu a pedido de vista do senador João Pedro (PT-AM), que se comprometeu a devolver o projeto a tempo de ser examinado e votado na próxima reunião da comissão.

Audiências debatem problemas na pecuária e Estatuto do Produtor



Reunião proposta por Roriz ocorrerá no dia 4 em Uberaba, durante exposição

A Comissão de Agricultura aprovou requerimento de Joaquim Roriz (PMDB-DF) para a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Câmara sobre os problemas enfrentados pela cadeia produtiva da carne.

O debate ocorrerá no próximo dia 4, a partir das 10h, durante a 73ª Exposição Internacional de Gado Zebu (ExpoZebu 2007),

no Parque Fernando Costa, em Uberaba (MG).

A CRA também acolheu requerimento de Sibá Machado (PT-AC) para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei 326/06, de autoria de Jonas Pinheiro (DEM-MT), que cria o Estatuto do Produtor Rural. A reunião será no dia 24 de maio, a partir das 10h.

Entre os convidados que vão participar da discussão sobre o

estatuto estão os ministros do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e do Meio Ambiente, Marina Silva; os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos; da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Antônio Ernesto Werna de Salvo; e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), Altemir Tortelli.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta do Plenário permanece trancada

A sessão de hoje, às 14h, está com os trabalhos trancados por seis projetos de conversão (PLVs) originados de medidas provisórias (MPs) e dois projetos de lei da Câmara dos Deputados que tramitam em regime de urgência.

Direitos Humanos analisa mudança em cédulas

A partir das 9h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) analisa propostas como a que torna obrigatória a inclusão de elemento que possibilite a identificação de cada nota de dinheiro por pessoas com deficiência visual.

CRE avalia exigências para porte de arma

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se, às 10h, para deliberar pauta de oito itens. Entre eles, o projeto que exige exames físicos e psicológicos para as autoridades públicas obterem porte de arma de fogo.

Selo comemora 100 anos do Movimento Escoteiro

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lança, às 10h, selo postal em homenagem ao centenário do Movimento Escoteiro no mundo. O evento contará com a presença da União Parlamentar Escoteira do Brasil (Upeb).

Escolas do Legislativo

Às 14h, será realizado o 11º Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Adelmir Santana e Cristovam Buarque e pela senadora Serys Shlessarenko

Comissão volta a se reunir hoje para debater propostas de emenda constitucional que antecipam a maioria penal, atualmente fixada em 18 anos

Período integral para o ensino fundamental

O ensino fundamental em período integral poderá ser obrigatório no país, conforme proposta de emenda à Constituição de iniciativa de Demostenes Torres, que teve parecer favorável de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aprovado ontem pela Comissão de Justiça. Segundo informou Aloizio Mercadante (PT-SP), a matéria passará ainda pela Comissão de Educação (CE), para, depois, ser enviada ao Plenário.

Conforme a proposição (PEC 94/03), o ensino fundamental em tempo integral terá caráter obrigatório e gratuito, e sua implantação pelo Estado será de forma gradual, até o ano de 2022.

Demostenes argumenta que, além de contribuir para a melhoria da educação, a medida livrará “crianças e jovens das mazelas das ruas, que os levam, muitas vezes, para o consumo de drogas e a violência”.

Punição severa a quem subscrever títulos falsificados

Quem subscrever ou endossar títulos ou valores mobiliários falsos ou falsificados estará sujeito a uma pena de reclusão de dois a oito anos, mais multa, conforme estabelece projeto aprovado ontem, em decisão conclusiva, pela Comissão de Justiça.

Incluída no chamado pacote antiviolência, a proposta (PLS 79/05), de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), amplia a lista de crimes contra o sistema financeiro nacional.

A legislação em vigor só prevê punição para quem emitir, oferecer ou negociar títulos ou valores mobiliários falsos ou falsificados, sem registro prévio de emissão junto à autoridade competente, “em condições divergentes das constantes do registro ou irregularmente registrados, e sem autorização prévia, quando legalmente exigida”.

CCJ aprova oito projetos do pacote que reforça o combate à violência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem oito projetos do pacote que amplia o combate à violência no país. A decisão sobre as propostas de emenda constitucional que antecipam a maioria penal ficou para a reunião de hoje, a partir das 10h. O relator das matérias, senador Demostenes Torres (DEM-GO), defende a redução da maioria para 16 anos, no caso de crimes considerados hediondos.

Um dos projetos acolhidos pela CCJ estabelece o monitoramento eletrônico de condenados beneficiados com liberdade condicional, regime semi-aberto ou saída temporária. Outra matéria aprovada permite a suspensão do cargo, emprego ou função pública durante o processo que julgar crime praticado por servidor público.

A comissão aprovou ainda, entre

Vigilância eletrônica de condenado em liberdade condicional

Os senadores da Comissão de Justiça acolheram ontem, em votação conclusiva, projeto do senador Magno Malta (PR-ES) que estabelece a utilização de equipamento eletrônico para rastreamento do condenado beneficiado por regime aberto.

Segundo o autor da proposição (PLS 175/07), que tem como relator Demostenes Torres, trata-se de um mecanismo bastante utilizado nos Estados Unidos, na França e em Portugal, por meio de uma pulseira ou tornozeleira eletrônica. O relator diz que a medida trará benefícios penais ao condenado.

Com o objetivo de diminuir a superlotação nas penitenciárias, a CCJ também aprovou projeto semelhante, de autoria de Aloizio Mercadante. A iniciativa introduz o monitoramento eletrônico dos condenados e dos presos provisórios em liberdade, por meio de pulseiras. A proposta, como explicou o autor, permitirá que muitos dos cerca de 170 mil cidadãos que hoje se encontram presos provisoriamente, e que não podem ser liberados por não possuírem endereço fixo, aguardem o julgamento em liberdade.

De acordo com o projeto (PLS 165/07), caberá ao juiz, ouvido o preso, utilizar o monitoramento eletrônico para garantir as condições impostas em relação ao livramento condicional e à progressão da pena.



Senadores da Comissão de Justiça aprovam vários projetos na área de segurança pública

outros, o projeto que determina a separação dos presos por grau de periculosidade e o que prevê o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena, quando se tratar

Detento pode ser obrigado a produzir sua subsistência

Foi aprovado pela CCJ, em votação terminativa, projeto que obriga os presos condenados a produzirem alimentos para consumo próprio. A proposta cria uma modalidade de serviço para o preso, denominado trabalho de subsistência, que não terá remuneração e, portanto, não poderá ser prestado a entidades privadas. A não-realização desse trabalho, no entanto, não eximirá o Estado de fornecer alimento para o preso.

De iniciativa do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) e com parecer favorável do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), o projeto (PLS 155/07) determina que o condenado a pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

Segundo Marconi, a proposição contribui para reduzir o alto custo dos presos para o Estado e também agregar valor social ao cumprimento da pena. Dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), citados pelo senador, indicam que menos da metade dos presos trabalham, apesar de a lei prever a obrigatoriedade. Ele observa ainda que a população carcerária do país dobrou nos últimos anos.

de preso condenado por crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa. Também recebeu parecer favorável a proposta de emenda à Constituição que assegura o ensino fundamental em período integral.

Iniciativa exige exame criminológico para progressão de pena

Como parte integrante do pacote antiviolência, a CCJ aprovou ontem, em decisão conclusiva, projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que prevê o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena, quando se tratar de condenado por crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.

A proposta (PLS 75/07) restabelece o exame criminológico, que foi substituído em 2003 por uma certidão de bom comportamento. Para o relator da matéria, Demostenes Torres, com o exame criminológico, “o Brasil volta a se inserir dentro das normas criminais internacionais”.

Separação

A fixação de critérios para a separação de presos – condenados ou provisórios – por grau de periculosidade é o que estabelece projeto de Aloizio Mercadante também aprovado ontem pela CCJ, mediante substitutivo de Demostenes Torres.

A proposta (PLS 162/07) determina que os condenados ficarão separados segundo quatro categorias: acusados de crimes hediondos ou assemelhados; reincidentes condenados por crimes com violência ou grave ameaça pessoal; primários condenados por crimes violentos ou grave ameaça à pessoa; e demais condenados por outros crimes ou contravenções.

Proposta permite o afastamento prévio de servidor

Com parecer favorável do relator, Adelmir Santana (DEM-DF), que acatou emendas, a CCJ aprovou ontem, em votação terminativa, projeto de Demostenes Torres que possibilita a suspensão do titular de cargo, emprego ou função durante o processo que julgar crime de funcionário público.

Segundo o relator, a proposta (PLS 138/07) cria uma espécie de tutela antecipada a fim de que, após a defesa preliminar do réu servidor público, o juiz possa decidir quanto à perda do cargo, prosseguindo o processo no que se refere a eventual pena privativa de liberdade.

A suspensão poderá se estender até a decisão final do processo, devendo o servidor retomar suas funções se absolvido, caso em que a administração pública ficará obrigada a lhe pagar a remuneração a que teria direito no período do afastamento.

Antecipação da maioria deve ser decidida hoje

Em reunião marcada para as 10h de hoje, a CCJ debaterá um dos temas mais polêmicos do pacote antiviolência: a redução da maioria penal, que atualmente é aos 18 anos.

Demostenes Torres, relator das seis PECs que tratam do assunto, propõe que adolescentes a partir de 16 anos de idade sejam punidos criminalmente no caso de delitos considerados hediondos.

Mas outros parlamentares, a exemplo da senadora Fátima Cleide (PT-RO), são contrários à redução. Ela lembrou que, nos países em que a maioria foi reduzida, como a Alemanha e a Espanha, os crimes praticados por jovens aumentaram.

Já Magno Malta (PR-ES) afirma que a diminuição da idade penal “ajudará a inibir a entrada de menores no mundo do crime”.

Senador propõe que operação de eclusas seja caracterizada como serviço público, visando superar parte dos obstáculos à utilização do transporte hidroviário

Eliseu quer hidrovias integradas ao sistema de transporte do país

O senador Eliseu Resende (DEM-MG) cobrou iniciativas governamentais relativas à integração de hidrovias à matriz de transportes, como alternativa para viabilizar o desenvolvimento regional do país. Conforme assinalou ontem em pronunciamento, mesmo com a interiorização a partir da década de 60, os grandes portos continuam sendo os do Sudeste-Sul, em detrimento de outros como o de São Luís e da malha navegável dos rios das regiões Centro-Oeste e Norte.

– O aumento da produção agrícola no Centro-Oeste e no sudeste da Amazônia, no entanto, obrigamos a rever a nossa logística de transporte – afirmou.

Eliseu Resende disse que o Brasil conta com uma vasta rede



Eliseu Resende vê baixo custo operacional como vantagem comparativa de hidrovias

de hidrovias, que, em sua opinião, são subutilizadas, mesmo apresentando custo operacional mais baixo que as rodovias, por exemplo.

Como solução parcial para o problema, o senador por Minas

Gerais apresentou à Mesa do Senado projeto que caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias. Segundo a proposta, a operação de eclusas poderá ser prestada diretamente pelo poder público federal ou por concessão ao estado da Federação que tenha domínio sobre a parte do rio utilizada.

– Via de regra, o consumo de combustíveis no transporte hidroviário é várias vezes inferior ao consumo de modais como o ferroviário e o rodoviário. No transporte de grãos, os gastos com combustíveis em um sistema de hidrovias chegam a ser 20 vezes menores do que em rodovias – argumentou.

Comissão pode decidir hoje sobre bloqueio de celular

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) não conseguiu votar ontem o substitutivo do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ao projeto do então senador Rodolpho Tourinho que determina a instalação de bloqueadores de sinais de radio-comunicação, e não apenas de telefones celulares, nas penitenciárias estaduais e federais. Não houve quórum para deliberação e nova reunião foi marcada para hoje, a partir das 11h.

Em seu substitutivo ao projeto (PLS 137/06), Flexa Ribeiro mantém a obrigação da participação técnica das operadoras de telefonia móvel na instalação e manutenção dos bloqueadores,



Votação do substitutivo de Flexa Ribeiro pela CI foi transferida para hoje às 11h

mas repassa o custo da operação ao governo federal, por meio do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), incorporando sugestão feita pela CPI do

Tráfego de Armas.

– Entendemos que pelo menos parte dos recursos arrecadados pelo Fistel, em grande medida contingenciados, poderia ser utilizada pelos estados ou pelo próprio governo federal para financiar a instalação dos bloqueadores nos presídios – assinalou.

Flexa Ribeiro também explicou que, de acordo com dados do Ministério da Justiça, estima-se que seriam necessários cerca de R\$ 500 milhões para colocar bloqueadores em mil estabelecimentos penais estaduais e em quatro penitenciárias federais – duas já inauguradas em Catanduvas (PR) e Campo Grande (MS).

Recital no Salão Negro marca o Dia Mundial da Voz

Um recital no Salão Nobre do Senado marcou ontem a passagem do Dia Mundial da Voz, celebrado em 16 de abril. O evento, que marca o fim da Semana Nacional da Voz, foi promovido por iniciativa do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Diversos parlamentares prestigiaram o concerto, entre eles o presidente da Casa, Renan Calheiros.

A soprano Denise Tavares,



Senadores e convidados ouvem apresentação de Denise Tavares e David Junker

a pianista Beatriz Salles e o maestro e barítono David Junker apresentaram, entre outras, canções como Summertime, de George Gershwin; e Bachianas Brasileiras, de Villa-Lobos.

Renan lembrou que partiu do Brasil a iniciativa de destinar uma data para conscientizar a população sobre o uso correto da voz, “recurso de comunicação primordial do ser humano”.

Renan anuncia providências da Mesa para agilizar trabalhos na Casa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem, em Plenário, as medidas que a Mesa deverá adotar para agilizar os trabalhos legislativos na Casa. Uma das providências que está sendo estudada é a de realizar as votações da ordem do dia a partir das 14h e não a partir das 16h, como ocorre atualmente.

– Assim teríamos maior rendimento do ponto de vista de apreciação das matérias e do ponto de vista regimental – argumentou.

As medidas que deverão ser adotadas, segundo Renan, incluem maior rigor no controle do tempo do pronunciamento do parlamentar; a determinação de que o senador que estiver na condução dos trabalhos não deverá interferir nos debates; e a retomada do critério de revezamento de todos os membros da Mesa na presidência dos trabalhos, medida prevista no

regimento, mas que, na prática, não vem sendo adotada.

Renan observou que, embora seja necessário agilizar as decisões, a Casa já conseguiu votar, nos últimos dois anos, mais matérias originadas no próprio Senado do que oriundas de outros Poderes. Ele lembrou que, quando assumiu a Presidência da Casa, 84% das proposições apreciadas tinham origem no Executivo.

Acordo

Mesmo sem ter ocorrido liberações de matérias, havia clima de acordo entre governo e oposição. José Agripino (RN), líder do DEM, disse que os opositoristas querem destrancar a pauta de votações, atualmente obstruída por seis medidas provisórias, e avançar nas discussões de outras matérias. Tião Viana (PT-AC) cobrou compreensão do governo e Magno Malta (PR-ES) comemorou a concordância entre governo e oposição.



Maciel (E) elogia Carlos Fernandes, autor de *Contraponto – poder, política, economia e costumes*

Lançado livro que coloca política e economia ao alcance de todos

Lançado ontem no hall da Biblioteca do Senado, o livro *Contraponto – poder, política, economia e costumes*, do economista e professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco Carlos Alberto Fernandes, procura “desmistificar” a linguagem econômica e política, na definição do próprio autor. Utilizando exemplos da vida real, dá lições a gestores públicos, aos jovens e

às pessoas comuns.

Para o senador Marco Maciel (DEM-PE), Fernandes propõe fórmulas originais para a resolução dos problemas do país, o que faz da obra uma nova referência para o debate do aperfeiçoamento das instituições.

Compareceram também ao evento os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

Mão Santa pede voto de pesar pela morte do médico Odival Rezende

O Senado encaminhará condolências à família do médico e agropecuarista Odival Coelho Rezende, que morreu na terça-feira, em Teresina. Autor do requerimento de pesar, o senador

Mão Santa (PMDB-PI) destacou que Odival era proprietário de um hospital em Parnaíba e também foi um dos pioneiros na produção de gado leiteiro na região do Delta do Parnaíba.

JF/retics



Renan (E) diz a presidente da CBF que Senado vai “vestir a camisa” da campanha para 2014

Renan apóia campanha para Brasil sediar a Copa do Mundo

Ao receber, ontem, do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, a solicitação de apoio para que o Brasil possa sediar a Copa do Mundo de 2014, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que “o Senado vai vestir a camisa e entrar em campo todas as vezes que isso for necessário”.

Ricardo Teixeira afirmou que está visitando os Poderes da República e os estados brasileiros

em sua campanha para que o Brasil seja sede desse campeonato. Na audiência com Renan, Ricardo Teixeira solicitou que, no que for possível, o Senado ajude a campanha.

Em suas visitas para pedir apoio, ele tem entregado o caderno de encargos da competição, onde estão listadas todas as exigências da Fifa para um país sediar a Copa mundial de futebol.

– Sediar a Copa do Mundo é

uma iniciativa que atrai investimentos, turismo e que é capaz de gerar emprego e renda. Vamos nos engajar de corpo e alma para que isso efetivamente aconteça – frisou Renan.

O presidente do Senado ganhou de Ricardo Teixeira a camisa oficial da Seleção. Ao longo dessa campanha, vários governadores têm solicitado a Ricardo Teixeira que seus estados sejam sede de pelo menos um dos jogos da Copa.

Requerimento de criação da CPI do Apagão Aéreo é lido em Plenário

Requerimento do líder do DEM, José Agripino (RN), solicitando a criação da CPI do Apagão Aéreo no Senado foi lido na sessão plenária de ontem. A partir da leitura, começa a ser contado prazo de 20 dias para os líderes partidários indicarem os membros da comissão.

A CPI deverá ter 13 titulares e 13 suplentes e 180 dias para investigar as causas e apontar as responsabilidades por problemas no sistema de controle de tráfego aéreo e nos aeroportos.

Agripino cumprimentou o presidente do Senado, Renan Calheiros, por ter encaminhado a leitura do requerimento em Plenário, conforme haviam decidido os líderes partidários em reunião na terça-feira.

– O DEM também deve promover um seminário com experts em controle aéreo, que irão falar sobre o know-how de outros países na área – acrescentou.

Também se manifestaram sobre o requerimento da CPI os senadores Antonio Carlos Magalhães

(DEM-BA) e Renato Casagrande (PSB-ES). Para Antonio Carlos, essa comissão não foi proposta com o objetivo de amedrontar o atual governo, mas de descobrir eventuais falhas que estariam impedindo o tráfego aéreo de ser visto como “coisa séria” no país. Já Casagrande admitiu que o Senado tem um papel a cumprir na definição do novo modelo de aviação civil, mas disse temer que uma possível instalação de duas CPIs gere uma disputa entre a Câmara e o Senado.



Para Agripino, Senado fez valer o direito da Minoria de investigar crise na aviação

Supremo assegura instalação de comissão de inquérito na Câmara

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, decidiu que a Câmara dos Deputados deve instalar a CPI do Apagão Aéreo. A decisão acompanhou o voto do relator, ministro Celso de Mello, para invalidar a deliberação do Plenário da Câmara que desconstituiu o ato de criação da comissão.

Celso de Mello determinou que o ato de criação deverá ser definitivamente restaurado e publicado, e que o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, deverá adotar as demais medidas para viabilizar a instalação da CPI.

O STF julgou um mandado de

segurança impetrado por quatro deputados da oposição contra ato da Mesa da Câmara que, após a criação da CPI, levou ao Plenário daquela Casa votação de recurso alegando ausência dos requisitos para a instalação da comissão. Na votação, o recurso foi aprovado porque os votos a favor da CPI não atingiram o mínimo de um terço dos parlamentares.

O tribunal, no entanto, entendeu que foram cumpridos os três requisitos previstos no parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição – fato determinado, composição numérica e prazo certo – para a instalação da CPI.

Avança diálogo sobre vetos a Emenda 3, Sudam e Sudene

Em reunião com parlamentares, ministro da Fazenda promete enviar ao Congresso Nacional, na próxima semana, proposta que cria a figura da “pessoa jurídica especial”

O governo deverá enviar na próxima semana ao Congresso Nacional um esboço de projeto de lei para criar a “pessoa jurídica especial”, nome que se dará ao profissional que presta, por exemplo, serviços intelectuais ou artísticos, por meio de firma individual, a outra empresa. A informação é do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que participou ontem de reunião com líderes partidários e o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Segundo líderes partidários que estiveram no encontro, a proposta poderá colocar fim à crise gerada pelo veto presidencial à chamada Emenda 3 ao projeto que criou a Super-Receita. Com essa mudança, rejeitada pelo Executivo, os parlamentares pretendiam evitar o que consideravam intervenção indevida dos auditores fiscais em contratos das empresas.

Conforme Renan Calheiros, que acompanhou o ministro Mantega na entrevista coletiva, há entendimento de que é possível superar o impasse em torno da

materia já na próxima semana.

Mantega acentuou que representantes do governo e parlamentares conseguiram manter diálogo produtivo no sentido de construir uma melhor regulamentação do artigo 116 do Código Tributário Nacional, que dispõe sobre categorias diferenciadas quanto a regimes de tributação.

O ministro da Fazenda esclareceu também que 99% dos profissionais enquadrados como pessoas jurídicas, entre as quais se encontram profissionais liberais, prestadores de serviço e escritórios de advocacia, não sofrerão qualquer penalidade e continuarão pagando, como ocorre atualmente, 15% do lucro presumido. Já a “pessoa jurídica especial” deverá pagar adicional de até 10% à Previdência – o percentual ainda não é definitivo.

Mantega disse que o substitutivo criará novos parâmetros legais, deixando mais precisos os limites de atuação da Justiça do Trabalho, já definidos em lei.

– Os fiscais não terão poder para

definir o que é pessoa jurídica ou pessoa física – afirmou Mantega, adiantando que o governo quer evitar a todo custo a precarização das relações de trabalho.

O líder do DEM, José Agripino (RN), reforçou o entendimento do governo de que fiscal da Receita não deve desqualificar a relação de trabalho envolvendo pessoas jurídicas, cabendo-lhe apenas fiscalizar o aspecto tributário.

– A expectativa é boa porque a trava principal era o fiscal poder desqualificar essas relações, além de atuar, e isso já está superado – frisou o senador.

O ministro ressaltou ainda haver boa vontade do governo e dos parlamentares para a busca de um consenso em torno dos vetos presidenciais envolvendo a recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Para o ministro, o governo tem compromissos claros com o desenvolvimento regional e, nesse sentido, pode rediscutir os vetos.

Emenda poderá aumentar trabalho escravo, diz ministro

Em audiência das comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS), ontem, o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, disse que a possível entrada em vigor da Emenda 3 ao projeto que criou a Super-Receita criará uma lacuna na legislação trabalhista que pode permitir a volta do trabalho escravo e o fim da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), frisou que o fim do veto à emenda deverá acarretar a precarização das relações de trabalho e de direitos trabalhistas. Paulo Paim (PT-RS) advertiu que “quem estiver no trabalho informal oficializado pela Emenda 3 e quiser protestar, terá que entrar com ação na Justiça, podendo ser demitido por isso”.



Lupi (E) e Paim defendem manutenção de veto presidencial

Márc Kalme



Segundo Cristovam Buarque, país vive um "apagão intelectual"

Cristovam quer CPI para investigar condição do ensino

O senador Cristovam Buarque defendeu ontem, em Plenário, a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar as causas estruturais do retrocesso na qualidade do ensino no Brasil. Segundo ele, o país vive um "apagão intelectual" que poderá comprometer o futuro das próximas gerações.

— É preciso debater os motivos que fazem com que um editorial de 50 anos atrás continue tão atual — disse Cristovam, referindo-se a um editorial publicado pelo jornal O Globo há 50 anos, em 25 de abril de 1957.

Com o título "País ameaçado", o texto já apontava que, "de ano a ano, mais se compromete o quadro do ensino no Brasil, e não é apenas a falta de escolas, mas também a qualidade da educação".

Consequências

"Se tivéssemos de fazer uma síntese do assunto", continua o editorial, "poderíamos dizer que hoje, entre nós, ensina-se pouco e mal. Não se fazem necessárias maiores especulações para avaliar o que isso representa para o país nessa fase de inegável progresso material a reclamar, em todos os setores, homens capacitados científica e tecnologicamente a fim de assegurar aplicações das conquistas mais recentes da ciência e da técnica no processo de desenvolvimento".

Cristovam informou que o requerimento para criar a CPI já conta com 31 assinaturas, quatro a mais do que o necessário, mas que irá esperar ainda pela adesão de outros senadores à idéia, antes de encaminhar o pedido à Mesa do Senado.

Homenagem requerida por Cristovam Buarque serve também para lembrar o ex-reitor e ex-senador Darcy Ribeiro

Senado celebra os 45 anos da Universidade de Brasília

O Senado Federal celebrou ontem, em Plenário, os 45 anos da Universidade de Brasília (UnB). O requerimento para a realização da homenagem foi apresentado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ex-reitor da universidade.

Fizeram parte da mesa, presidida por Tião Viana (PT-AC), o reitor da UnB, Timothy Mulholland, o vice-reitor, Edgard Mamiya, e os ex-reitores João Carlos Todorov e Antonio Ibañez Ruiz. O Hino Nacional foi interpretado pelo maestro e professor do Departamento de Música da universidade David Junker, acompanhado da pianista e também professora Jaci Toffano. Os dois músicos ainda apresentaram a canção *Sonho de Darcy Ribeiro*.

Cristovam lembrou Darcy Ribe-



Compõem a mesa, em Plenário, Todorov (E), Mulholland, Tião Viana, Mamiya e Ibañez Ruiz

ro, ex-senador e primeiro reitor da Universidade de Brasília, e afirmou que o evento "não é apenas uma homenagem à UnB, mas também a Darcy Ribeiro", que, conforme disse, "concebeu e executou" o projeto da universidade.

Cristovam ressaltou a importância do papel exercido pelas universidades

na "sociedade de apartheid em escala mundial".

Também discursaram Mão Santa (PMDB-PI), Paulo Paim (PT-RS), João Pedro (PT-AM), Sibá Machado (PT-AC), Joaquim Roriz (PMDB-DF), Adelmir Santana (DEM-DF), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

CRISTOVAM BUARQUE

O Brasil precisa resgatar os sonhos do antropólogo Darcy Ribeiro, idealizador, fundador e primeiro reitor da universidade, afirmou Cristovam Buarque. Para ele, a luta pela diminuição da desigualdade social e em favor da educação básica faz parte dos sonhos de Darcy Ribeiro "que ainda estão vivos". O senador disse lamentar que as universidades brasileiras se encontrem "isoladas das grandes massas".

JOÃO PEDRO

Para João Pedro, a UnB ajudou na construção da democracia no Brasil, especialmente na década de 1980, quando desempenhou importante papel durante o processo de abertura política por meio de assembleias e manifestações dos estudantes. O senador ressaltou que a UnB também contribuiu com pesquisas, particularmente as que se referem à Amazônia.

ADELMIR SANTANA

O senador Adelmir Santana lançou um desafio ao reitor Timothy Mulholland: criar um Fórum Permanente do Ensino Técnico com o objetivo de direcionar e potencializar os estudantes do Distrito Federal para o mercado de trabalho, evitando a superposição de esforços. O fórum envolveria todas as escolas técnicas federais e distritais e os cursos técnicos do chamado "Sistema S" (Senai, Senac, Sesi, Sebrae e Senat).

MÃO SANTA

O senador Mão Santa reverenciou a iniciativa de Juscelino Kubitschek de implantar a UnB no Planalto Central e enalteceu pessoas e professores ligados à memória da universidade, fundada em 21 de abril de 1962. "Pela excelência da instituição, a criação da UnB compensou o atraso universitário ao qual viveu relegado o país nas décadas anteriores", observou Mão Santa.

SIBÁ MACHADO

A UnB vem atuando como um Apólo aglutinador de políticas públicas para o ensino superior, segundo Sibá Machado. "É lá que se iniciam os projetos pioneiros, as idéias inovadoras, e são feitas as experiências sociais de novos paradigmas para o ensino." O senador destacou iniciativas como o primeiro curso noturno (Administração), em 1989, e a instituição do Programa de Avaliação Seriada (PAS), em 1996.

SERYS SLHESARENKO

Em seu discurso, Serys Slhessarenko defendeu o fortalecimento da universidade pública gratuita, laica e de qualidade. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso há 26 anos, Serys se disse convicta de que o desenvolvimento intelectual e tecnológico do país virá dessas instituições. Ela defendeu a criação nas universidades de um ambiente democrático.

PAULO PAIM

Ao comemorar os 45 anos da UnB, Paulo Paim enalteceu a decisão da instituição de adotar — e, assim, servir de exemplo ao país — a política de cotas na seleção de seus alunos. "No momento em que a iniciativa ainda gerava um debate constrangedor, a Universidade de Brasília impulsionou seu trabalho com portadores de deficiência, índios, negros, pobres e estrangeiros", lembrou Paim.

JOAQUIM RORIZ

Os esforços empreendidos na expansão da UnB até as cidades satélites, o que demonstraria a preocupação com o atendimento às classes menos favorecidas, foram destacados por Joaquim Roriz. Ele informou que, com área cedida durante sua gestão no governo do Distrito Federal, foi construído o campus de Planaltina. Roriz homenageou todos que contribuíram para consolidar a universidade.

ARTHUR VIRGÍLIO

Os ex-professores da UnB e ex-senadores Darcy Ribeiro e Lauro Campos marcaram positivamente gerações de brasileiros, disse Arthur Virgílio. "Durante todo aquele período que significou a resistência ao período autoritário, influenciavam para valer as cabeças dos jovens que se lançavam à luta por liberdade." Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que Oscar Niemeyer projetou vários prédios da UnB.

História de lutas e inovações

A Universidade de Brasília está localizada em um campus de 3,95 milhões de metros quadrados. Nela estudam cerca de 25 mil alunos, entre estudantes de graduação, mestrado e doutorado. Recentemente, a UnB abriu um campus na cidade de Planaltina, e ainda estão previstas novas sedes no Gama e em Ceilândia, todas situadas no Distrito Federal.

Inaugurada em 21 de abril de 1962, dois anos após a conclusão de Brasília, a UnB começou com 413 alunos, que cursavam um núcleo comum de disciplinas antes de seguir para outros institutos e faculdades. A universidade havia sido concebida como um novo modelo de educação superior no Brasil, em oposição ao modelo tradicional consolidado na década de 30.

Com a chegada dos militares ao poder em 1964, a UnB se tornou um palco de conflitos entre estudantes e polícia, que culminou com a invasão do campus por parte do Exército, das polícias Militar e Civil e do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), em 1968. Estudantes foram presos acusados de participação em atividades consideradas "subversivas" pelo governo militar.

Relevância

A década de 70 marcaria um período menos conturbado. Os conflitos só voltariam à tona em 1976, quando estudantes protestaram contra a falta de professores e a precariedade das instalações, entre outras questões. A polícia voltou a ser acionada e a universidade foi ocupada.

Aproveitando o período de redemocratização na década de 80, a UnB teve o seu primeiro reitor eleito pela comunidade universitária: Cristovam Buarque. Nos últimos anos, foi palco de diversas inovações. Uma das mais relevantes foi o Programa de Avaliação Seriada (PAS), alternativa ao vestibular tradicional. Em 2004, a UnB foi a primeira instituição federal a adotar um programa de cotas para afrodescendentes, estendendo a indígenas.

Campos nega pedido de titulação de terra devoluta

O senador Jayme Campos (DEM-MT) desafiou ontem “qualquer pessoa sensata” a provar que algum dia ele tenha pedido a órgãos públicos a titulação de terras devolutas. Ele considerou uma leviandade a afirmação de duas senhoras, em gravação telefônica grampeada, de que teria feito tráfico de influência.

A conversa consta de documentos da Operação Lacreia, da Polícia Federal, que desbaratou uma quadrilha especializada em conseguir a titulação ilegal de terras devolutas.

Jayme Campos recebeu a solidariedade de 16 senadores, em apartes. O líder do DEM, senador José Agripino (RN), observou que passaram pelas mãos de Jayme Campos, quando governador de Mato Grosso e prefeito por três vezes do município de Várzea Grande, “milhões de reais” e nunca houve nenhuma dúvida sobre sua honestidade. Curiosamente, acrescentou, agora “uma conversa de comadres” foi pinçada de uma gravação com insinuações para denegrir sua imagem pública.

O senador por Mato Grosso apoiou a investigação da Polícia Federal para apurar a participação de proprietários rurais, funcionários de cartórios, bancários e servidores públicos em grilagem e fraudes contra o sistema financeiro.

– Em Mato Grosso, no entanto, há juízes que têm a mania de aparecer em público para sujar a honra dos políticos. No meu estado, infelizmente estamos sujeitos à leviandade de alguns julgadores incoerentes e mal-intencionados – afirmou.



Jayme Campos aponta “leviandade de alguns juízes de Mato Grosso”

Sessão especial comemora o Dia do Exército Brasileiro, celebrado em 19 de abril. A homenagem, proposta por Edison Lobão, reuniu parlamentares, embaixadores e comandantes das Forças Armadas

Senadores ressaltam o papel do Exército na integração nacional

O Senado realizou ontem sessão especial para comemorar o Dia do Exército, celebrado em 19 de abril. O presidente da Casa, Renan Calheiros, lembrou que o Exército Brasileiro ultrapassa os objetivos exclusivamente militares e representa, muitas vezes, o “único símbolo tangível” da presença do Estado em regiões distantes. A homenagem contou com a presença do comandante da Força, general-de-exército Enzo Peri; do ministro da Defesa, Waldir Pires; e dos comandantes da Marinha, Júlio de Moura Neto, e da Aeronáutica, Juniti Saito, além de embaixadores e parlamentares.



Integrantes do Exército Brasileiro participam de homenagem no Plenário do Senado

RENAN CALHEIROS

Manter a integração e a soberania nacional são duas das principais missões do Exército Brasileiro, destacadas por Renan Calheiros na abertura da sessão em homenagem à instituição. O presidente do Senado lembrou ainda o “sentido social do serviço militar obrigatório”, que, muitas vezes, é a porta de entrada para jovens no mercado de trabalho.

VALDIR RAUPP

Atuação do Exército na região amazônica foi elogiada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele destacou a forma corajosa com que a corporação enfrenta há mais de 300 anos o desafio de desbravar, ocupar e defender essa região, que representa mais de 50% do território nacional.

MOZARILDO CAVALCANTI

As Forças Armadas e, especialmente, o Exército possuem importante papel em relação à segurança e à unidade nacional, afirmou o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Desde a Independência do Brasil, em 1822, disse, a atuação do Exército contribui para impedir tentativas de fragmentação territorial e social do país e incluir regiões mais distantes, como é o caso da Amazônia.

ROMEU TUMA

Durante discurso em homenagem ao Exército, Romeu Tuma (DEM-SP) defendeu a votação de medida provisória que trata da reestruturação dos ganhos dos militares das Forças Armadas. Tuma também manifestou seu apoio à participação do Exército em ações de combate ao crime organizado.

CRISTOVAM BUARQUE

Para reconhecer o valor do Exército na História do Brasil, Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou o papel das Forças Armadas na formação dos jovens e voltou a defender uma revolução educacional. “Não vejo outra maneira de este país ser seguro, por melhor que sejam equipadas nossas Forças Armadas, se continuarmos divididos: dois países dentro de um só, uma nação incompleta”, analisou ele.

EDISON LOBÃO

Autor do requerimento para realização da homenagem ao Exército, Edison Lobão (DEM-MA) opinou que a relevante importância dessa Arma não tem correspondido o apoio material que lhe é devido, “quer na modernização de seus equipamentos, quer na justa remuneração dos que a integram”.

SIBÁ MACHADO

Pela liderança do PT, o senador Sibá Machado (AC) afirmou que as Forças Armadas devem contar com rendimentos compatíveis com suas tarefas e responsabilidades. De acordo com o parlamentar, o Brasil precisa de força militar ágil, moderna e bem remunerada. Sibá defendeu ainda a continuidade de projetos estratégicos para o país, desenvolvidos no âmbito das três Armas.

FRANCISCO DORNELLES

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) destacou o papel desempenhado pelas escolas das Forças Armadas na preparação de militares, como a Academia Militar das Agulhas Negras, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército.

MARCELO CRIVELLA

Para homenagear as Forças Armadas, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu melhores condições de trabalho e de remuneração para os militares. Na opinião do parlamentar, “não é justo que um oficial termine sua vida sem condições de arcar com as despesas da universidade de seus filhos”. Crivella também criticou as altas alíquotas de Imposto de Renda praticadas no país.

MARCONI PERILLO

O “inestimável papel de natureza social desempenhado pelo Exército junto às populações do interior do Brasil, em particular as ribeirinhas”, foi lembrado ontem por Marconi Perillo (PSDB-GO). Ele elogiou os serviços médicos e odontológicos prestados pela instituição a moradores de áreas remotas do país.

Lúcia Vânia cobra investimento nas Forças Armadas

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu ontem a ampliação dos investimentos do governo federal no reaparelhamento das Forças Armadas. Ela afirmou que, de acordo com o professor Expedito Bastos, pesquisador de assuntos militares da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), se o Brasil não aumentar rapidamente seus investimentos no setor, o país perderá a liderança sul-americana.

– É preciso investir na indústria bélica nacional, porque, para manter a paz, o Brasil não pode apenas confiar nos outros países – argumentou.

Lúcia Vânia lembrou que 50 mil jovens prestam o serviço militar a cada ano, oportunidade considerada pela senadora pelo Goiás como “uma verdadeira porta da esperança”. Os jovens recebem um soldo mensal de aproximadamente R\$ 200, com o qual, observou ela, “muitas vezes atuam como arrimo de família”.

– Nos quartéis, recebem alimentação, uniforme, treinamento físico e até profissional – ressaltou Lúcia Vânia, dizendo lamentar que muitos desses jovens, quando saem dos quadros do Exército e ficam desempregados, sofram “o assédio do crime organizado e do tráfico de drogas, e acabem cedendo para não entrar em desespero”.

Foguetes

A senadora destacou a atuação do centro de operação de foguetes do Exército localizado no município de Formosa (GO), o qual, de acordo com ela, “é uma referência nacional, único do país especializado nessa atividade”.



País perderá liderança se não investir no setor, diz Lúcia Vânia

Leis distintas para tratar de assuntos semelhantes levam Anatel a tomar decisões aparentemente injustas, conforme reconhece presidente da agência

Debate evidencia necessidade de unificar leis de telecomunicações

A existência de três leis distintas que tratam de assuntos semelhantes – Lei do Cabo, Lei das Telecomunicações e Lei da Radiodifusão – leva a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a decisões muitas vezes divergentes, já que é seu papel cumprir exatamente o que consta em cada contrato. Por isso, a criação de uma lei de convergência torna-se imperiosa, concluíram os

participantes da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

– Temos que ter um marco regulatório para tudo isso. A Anatel só pode cumprir o que está na lei e nós, senadores e deputados, vamos

ter que formular uma que englobe todos os setores – avaliou o presidente da CCT, senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

O presidente da Anatel, Plínio de Aguiar Júnior, ressaltou que a existência de leis distintas leva a agência a decisões que, segundo disse, podem ser avaliadas como injustas. No entanto, ele destacou que não há “dois pesos e duas medidas” nos julgamentos.

Pedro Ziller, conselheiro da agência e relator do processo de concessão de serviço de TV por assinatura ao Grupo Telefônica, explicou que nesse caso, quando houve a autorização para a empresa prestar o serviço via satélite (DTH), a medida foi regida pela lei que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a lei do DTH (Lei 9.472/97).

um canal DTH, tem o mesmo direito – afirmou o conselheiro.

Plínio de Aguiar frisou que, mesmo sem constar na lei, a Telefônica foi obrigada por contrato a transmitir também canais como as TVs Senado, Câmara e Justiça, além de um canal educacional, que cobrirá todo o país. Também deverá disponibilizar dois mil kits de recepção, com antena e aparelho de televisão para as escolas em todo o país, que serão distribuídos pelo Ministério da Educação.

Fistel

Relator do projeto de instalação de bloqueadores de sinais nos presídios, que tramita na Comissão de Infra-Estrutura (CI), o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a necessidade de diminuição do

imposto cobrado para abastecer o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) já que, afirmou, grande parte do total de R\$ 2,1 bilhões arrecadados não é utilizada (R\$ 1,8 bilhão). O parlamentar quer modificar a lei para que a instalação dos bloqueadores seja custeada com esses recursos.

O orçamento anual da Anatel é de R\$ 500 milhões.



Entre Plínio de Aguiar (E) e Pedro Ziller, Wellington Salgado preside reunião da CCT

Já no caso do Grupo Telemar, impedido de adquirir a Way TV, a decisão foi tomada com base na lei que dispõe sobre os serviços de TV a Cabo, a Lei do Cabo (Lei 8.977/95). Tal aquisição, explicou Ziller, é vetada pela Lei do Cabo já que, por um cruzamento de empresas, a controladora da Telemar seria também controladora da Way TV.

– Se a Telemar quiser transmitir

Ministro deve abrir discussão da LDO com parlamentares no dia 8

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, poderá comparecer ao Congresso Nacional no dia 8 de maio para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO). A informação foi prestada pelo presidente do colegiado, senador José Maranhão (PMDB-PB).

Na reunião realizada ontem, a comissão aprovou relatório do senador Jayme Campos (DEM-MT) sobre decisão, adotada pelo Tribunal de Contas da União em 1999, relativa ao reaparelhamento da Força Aérea Brasileira.

Em seu relatório, Jayme Cam-

pos afirma que o tribunal havia recomendado ao governo federal que não fossem realizados contingenciamentos de créditos para projetos de reaparelhamento da Força Aérea “sem antes proceder a cuidadosa análise”.

A comissão também aprovou dois requerimentos, apresentados pelo deputado Humberto Souto (PPS-MG), para que sejam convidados a participar de audiência pública no Congresso o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio José Massote de Godoy.

O deputado ressaltou que ambos já deveriam ter prestado



José Maranhão anuncia reunião deliberativa da CMO em 9 de maio

esclarecimentos ao Congresso sobre uma série de questões – Henrique Meirelles até março e Tarcísio Godoy em fevereiro –, porque isso está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Apróxima reunião deliberativa da Comissão de Orçamento foi marcada para o dia 9 de maio, a partir das 14h30.



Marisa Serrano discursa durante instalação da frente que reúne deputados e senadores

Frente parlamentar busca relação justa entre governo e contribuinte

Com a presença da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), foi instalada ontem, na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Mista dos Direitos do Contribuinte, criada para debater e defender os direitos e garantias básicas dos contribuintes brasileiros em suas relações com as autoridades fiscais. A frente tem também por objetivo aprovar, em âmbito nacional, o Código dos Direitos do Contribuinte.

Vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado, Marisa Serrano comentou a nova proposta de reforma tributária que o presidente Lula pretende enviar ao Congresso. Ela disse esperar que a iniciativa resulte em justiça tributária e numa distribuição de renda mais justa, capaz de assegurar que a população usufrua de

uma vida mais digna.

A senadora disse que, no Senado, trabalhará pelo projeto de Código dos Direitos do Contribuinte, de autoria do deputado Sandro Mabel (PR-GO), tendo como um dos objetivos a aprovação de normas que garantam uma política tributária mais simplificada, “para que todos os que pagam impostos tenham seus direitos garantidos”.

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e Sandro Mabel criticaram “a complexidade do sistema tributário brasileiro e seu poder de sufocar a livre iniciativa”.

Além de lutar pela aprovação do código, a Frente Parlamentar se dedicará a acompanhar o andamento de projetos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para apoiar politicamente as posições dos contribuintes.

Apoio a ações para o turismo reúne senadores e deputados

Deputados e senadores instalaram ontem, na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar do Turismo com o objetivo de apoiar todas as ações voltadas para o desenvolvimento do setor no país. Participaram do evento, que homenageou o ex-ministro do Turismo e atual ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

Ao anunciar que o Parlamento do Mercosul instala-se, no próximo dia 7 de maio, em Montevideu, Sérgio Zambiasi disse que essa representação tem também a missão de integrar a América do Sul pelo turismo. O senador afirmou ainda que, ao longo da história, o turismo dos países que integram o Mercosul voltou-se para os oceanos Atlântico e Pacífico, negligenciando o enorme potencial de que eles dispõem para atrair mutuamente suas

populações.

Marisa Serrano, que quando deputada ajudou a criar a Comissão de Turismo da Câmara, frisou que esse setor econômico tem tudo para acelerar o crescimento do Brasil.

Mares Guia lembrou que a criação, no Senado e na Câmara, há quatro anos, de comissões destinadas a debater questões relativas ao turismo coincide com o reconhecimento desse setor como um vetor estratégico do desenvolvimento econômico e social. O ministro lembrou que o turismo representa hoje 10% da economia mundial.

A Frente Parlamentar do Turismo tem o apoio de 120 parlamentares e reconduziu à sua presidência o deputado Alex Canziani (PTB-PR). O parlamentar afirmou que o turismo é a grande indústria do século 21, responsável por um em cada nove empregos existentes no mundo.